

## Resenha

ROCHA, Carolina. *A culpa é do Diabo: o que li, vivi e senti nas encruzilhadas do racismo religioso*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2025, 264 pp..

# A COR DO DIABO

Carlos Roberto Ferreira Cypriano

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3104-2742>

Carolina Rocha é pesquisadora, professora, escritora e ativista. Graduada e mestra em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pós-doutoranda da área de educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Rocha – mulher preta, praticante do candomblé, com forte presença nas redes sociais sob a persona de Dandara Suburbana – desenvolve, há mais de uma década, pesquisas sobre os conflitos religiosos em territórios suburbanos, além de atuar como criadora e facilitadora de projetos que incentivam a escrita criativa, política e terapêutica com enfoque na literatura negra. O livro aqui resenhado é uma adaptação “mais ampla e superficial” (:65) de sua tese de doutoramento, intitulada *A culpa é do Diabo: as políticas de existência na encruzilhada entre neopentecostalismo, varejo de drogas ilícitas e terreiros em favelas do Rio de Janeiro* (Silva 2021).

A presente obra é fruto de um trabalho de campo em diversos territórios suburbanos do Rio de Janeiro, que resultou nesta etnografia multissituada em oito favelas da cidade. Nela, a autora defende a premissa de que o Diabo, no Brasil (com ênfase no Rio de Janeiro), tem um gênero, uma raça, uma classe social (ou uma

específica condição material) e uma territorialidade. A narrativa em primeira pessoa já se revela no título e segue na construção das análises que a autora faz com base nas conversas com pessoas filiadas às religiões de matriz africana e, em menor número, evangélicas.

Na sequência da seção intitulada “Oferenda”, na qual a autora elenca seus agradecimentos, surge o primeiro capítulo, chamado de “‘A culpa é do Diabo’: a longa duração do racismo religioso na história do Brasil”. Nele, Rocha rastreia as raízes históricas da intolerância religiosa no país, refutando a ideia de que o racismo religioso (um tipo específico de intolerância religiosa) seja fruto da ignorância de varejistas de drogas evangelizados, mas sim um corolário da própria racionalidade ocidental e capitalista, que cunhou teorias eugenistas e racistas que até hoje reverberam na elite da educação nacional, nas mídias corporativas e nas próprias universidades. Essa racionalidade, com pretensões universalizantes, encapsula as infinitas possibilidades de existências em um número limitado de categorias, de modo que a figura do Demônio/Diabo/Satanás (elaboração teológica cristã), ao longo do tempo, foi se associando aos praticantes de religiões de matriz africana, sobretudo em razão de uma leitura deturpada da figura de Exu. Nos dias atuais, essa representação da ameaça social é personificada em homens negros, pobres e favelados (ou socialmente “lidos” como tais), quer sejam eles “varões, ‘bandidos’, moradores ou ‘macumbeiros’” (:32).

No segundo capítulo, intitulado “O que li, vivi e senti nas encruzilhadas do racismo religioso”, a autora discorre sobre os saberes dos povos das Comunidades Tradicionais de Terreiro, que privilegiam a pluralidade e a coletividade e que, portanto, dissentem da visão de mundo dicotômica e individualista que se tornou hegemônica e, conseqüentemente, se tornaram alvos preferenciais de agressões, intimidações, constrangimentos e interdições de seus cultos, cerimônias, rituais, códigos estéticos e, no limite, de sua existência.

“A encruzilhada” é o nome do terceiro capítulo. Nele, a autora creditsua inspiração metodológica à etnografia *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*, da jornalista, escritora e ativista Nana Queiroz (2015). O compromisso da autora, na análise das conversas e dos depoimentos, é o de ter “olhos para ver os outros em mim e me ver nos outros” (:76). Na escrita, por expressa opção política e estética (o *pretuguês* de Lélia Gonzalez e a gramática das favelas

são acionados), Rocha se utiliza de uma linguagem simples e direta, “sem grandes alegorias de texto” (:77), como forma de não restringir o público leitor. A autora, portanto, em um ato epistemológico e político, pontua a falácia da escrita objetiva e neutra e reconhece sua posicionalidade.

Os 39 capítulos que se seguem abordam histórias de 37 pessoas, com ênfase em 7 delas, que reaparecem em vários capítulos. Rocha opta por trocar os nomes das pessoas entrevistadas e dos próprios varejistas de drogas ilícitas por pseudônimos de origem africana. O mesmo ocorre com os nomes das favelas pelas quais a autora perambulou em busca de histórias sobre episódios de racismo religioso e sobre a relação dos varejistas de drogas com as religiões e com a população. A autora esclarece que isso não é apenas uma questão de cautela e segurança, mas também de método. Com vistas a “flexibilizar o rigor acadêmico para adotar a roda, a gira, como possibilidade teórica” (:65), as experiências dos personagens/sujeitos entrevistados são “entrelaçadas, misturadas e amalgamadas, de forma que fosse mais difícil ligar as pessoas aos fatos” (:65).

Entre depoimentos dos/as interlocutores/as e comentários analíticos e confessionais da autora, o vasto conhecimento acadêmico e a ampla vivência como candomblecista e suburbana permitem a Rocha revelar que as relações entre os sujeitos e entre estes e o Estado se entrelaçam e se condicionam de formas múltiplas e disruptivas.

A escrita da autora desmonta as narrativas midiáticas que, muitas vezes, retratam a questão da relação entre criminalidade e religião por meio de representações essencialistas e unidimensionais. A obra revela o dinamismo com que se opera a imbricação entre religiões e expedientes de sobrevivência (econômica e ontológica), por meio de (des)encontros, rupturas, decepções, quebras de expectativa, falta de (ou a busca por) previsibilidade, distanciamentos, rumores/boatos/fofocas/lendas, (re)aproximações, negociações e resistências. Rocha narra e encarna a favela como um local de potencialidades criativas, e não como um lugar que precisa ser salvo.

A atuação bipolar do Estado (forte presença por meio de incursões policiais violentas e ausência ou insuficiência da concretização de políticas públicas) igualmente não passa despercebida pela autora. Rocha advoga que a ambivalência estatal é um reflexo da aplicação do modelo civilizatório de matriz europeia ocidental. Portanto, nesse ponto, parece dialogar com Denise Ferreira da Silva

(2014:71), que elabora a alegoria do “teatro da razão”, que simboliza, entre outras coisas, a chancela para que, em determinados territórios ocupados por corpos racializados e economicamente despossuídos, o Estado possa atuar quase que exclusivamente (e sempre violentamente) em nome de sua autopreservação. Territórios habitados por corpos que “significam algo que parece escapar a tudo o que deveria ser compreendido pela noção iluminista de humanidade e os seus descritores ontoepistemológicos, quais sejam, a universalidade e a historicidade” (Silva 2014:81).

Observa-se, pelas histórias coletadas em diferentes territórios, a consolidação da chamada cultura neopentecostal, fruto não apenas do trabalho de base de missionários estrangeiros, mas também das adaptações, rupturas e atualizações engendradas por grandes denominações evangélicas nacionais, que se capilarizaram e se replicaram exponencialmente pelas periferias brasileiras, alterando o repertório moral, as relações econômicas, a paisagem visual e sonora, as referências estéticas, a gramática e os códigos de sociabilidade. Conforme já havia observado a professora Christina Vital da Cunha (2015:107), “a identidade evangélica, quando prontamente reconhecida – pela vestimenta, porte de Bíblias ou folhetos com passagens bíblicas etc. –, e quando não está associada a um passado no crime, [...] pode ser um fator de proteção”.

Os fatores econômicos também não escapam ao olhar da autora, que traz depoimentos que indicam a influência de pastores sobre os varejistas de drogas, que obedecem a uma lógica mercantil monopolista de eliminar concorrências, de modo que associação de determinado traficante à fé (neo)pentecostal pode ser tanto fruto de um genuíno processo de conversão quanto um ato performático para fins de legitimação social da figura de um líder. Os conflitos armados que acontecem na cidade, abarcados pelo genérico guarda-chuva da mal chamada “guerra às drogas”, se dão em termos de disputas por domínios territoriais para fins de extração de ganhos das mais variadas formas. A venda de drogas ilícitas é apenas mais um braço do diversificado “empreendedorismo parasitário”, que seria a “superexploração da população trabalhadora moradora de favelas em quase todas as dimensões de sua vida econômica, tendo como condição para sua realização a extrema violência estatal, paraestatal e de agentes privados a que estão submetidos” (Carvalho, Rocha e Motta 2023:47).

A autora, na obra aqui apreciada, consegue capturar uma multiplicidade de fatores que levaram à estigmatização das religiões de matriz africana, mas pouco menciona sobre a questão do abate ritual que é muito frequentemente instrumentalizado para demonizar os cultos afro; talvez por considerá-lo um tema cuja complexidade demandaria uma análise própria e extensa, ou até mesmo por julgá-lo como uma questão de importância acessória no contexto em que se apresenta, quando, no Judiciário, ainda se “discute a permissão para imolação de animais nas ‘casas de santo’, mas pouco faz para deter um genocídio da juventude negra em curso” (:42). Além disso, Rocha explicitamente deixa espaço para o não dito, quer seja em respeito ao *orô* (o segredo dos fundamentos religiosos no candomblé), quer seja para incentivar o exercício de fabulação crítica dos/as leitores/as, tirando-os/as do imobilismo e quebrando a barreira virtual que separa autora-leitor/a.

A obra é pautada por uma postura intelectual crítica, ativa, conciliatória e, em certa medida, até fraterna. Rocha desarticula a noção de que os “traficantes evangélicos” são os principais algozes dos “macumbeiros” nas favelas cariocas. No lugar deles, ela coloca o racismo, que estrutura as subjetividades e as instituições, sem subdimensionar a gravidade da situação dos praticantes de religiões de matriz africana e sem negligenciar as diversas razões que fazem com que pessoas se filiem a uma religião ou se envolvam com o comércio de drogas. A projeção da representação do mal social nos homens negros não impede que as mulheres sejam as vítimas preferenciais dos episódios de racismo no cotidiano das favelas. Elas também são as que mais oferecem resistência às tentativas de intimidação e apagamento.

Há um compromisso não apenas com o estilo ao atribuir nomes africanos fictícios aos personagens/sujeitos que transitam por este livro permeado pela agradável sensação de oralidade, mas também com a coerência intelectual com que Rocha aborda as histórias. Ao nomear tanto os personagens/sujeitos quanto os varejistas de drogas com nomes de origem afro, a autora insere moradores e “bandidos” no mesmo universo simbólico e moral, de forma corajosa, na contramão do punitivismo racialmente seletivo vigente, conferindo corpo e humanidade ao conceito potencialmente difuso de ancestralidade.

É possível concluir, portanto, que a lógica etnocêntrica e etnocida da empreitada colonialista de uniformização da universalidade humana, em um processo de longa duração, inscreve o *corpo negro* e o *território favelado* em uma relação antidialética, dentro de uma perversa tautologia em que causa e efeito se confundem e se explicam de forma viciosamente cíclica na formulação da representação da ameaça social: o território favelado é perigoso, pois lá habitam corpos negros, e corpos negros são perigosos, pois habitam o território favelado. O racismo é, portanto, “explicado em termos de ‘territorialidade’, supondo uma característica quase natural” (Kilomba 2019:113).

Em um cenário projetado pela binaridade axiológica (bem vs. mal, virtude vs. pecado, céu vs. inferno, Deus vs. Diabo etc.), Carolina Rocha (e/ou Dandara Suburbana) vibra, fricciona, provoca tensão nas estruturas e, pela lógica exuística (:240), desafia o “teatro da razão”, optando por seguir o caminho da terceira ponta da encruzilhada, lá onde Exu gargalha o riso do livre arbítrio e da desobediência.

## Referências bibliográficas

- CARVALHO, Monique B.; ROCHA, Lia de Mattos; MOTTA, Jonathan W. B. (2023), *Milícias, facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados*. Rio de Janeiro, Fundação Heirich Böll.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. (2014), “Ninguém: direito, racialidade e violência”. *Meritum*, vol. 9, nº: 67-119.
- KILOMBA, Grada. (2019), *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- QUEIROZ, Nana. (2015), *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, Carolina Rocha. (2021), *A culpa é do Diabo: as políticas de existência na encruzilhada entre neopentecostalismo, varejo de drogas ilícitas e terreiros em favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Doutorado em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- VITAL DA CUNHA, Christina. (2015), *Oração de traficante*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ.

**Editora-Chefe:**  
Christina Vital da Cunha

**Editor-Assistente:**  
Lucas Bártolo

**Submetido em:**  
14/04/2025

**Aprovado em:**  
20/08/2025

---

**Carlos Roberto Ferreira Cypriano\***  
(cypriano.carlos@posgraduacao.uerj.br)

\* Mestre e doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS – UERJ), onde pesquisa a relação dos ilegalismos, das religiões e da violência com o surgimento de novos topônimos pela cidade.